

A FORMAÇÃO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

Anunciado pelo MEC como uma medida para melhorar o aproveitamento dos estágios, o Programa de Residência Pedagógica tem causado polêmica e dúvidas sobre seu real impacto na capacitação de professores

● REPORTAGEM // ANDRESSA BASILIO

A distância entre a teoria e a prática é uma das grandes lacunas na formação de docentes. Para contornar o problema e dar maior significado ao período de estágio dos cursos de licenciatura e pedagogia, o Ministério da Educação (MEC) anunciou, como parte da Política Nacional de Formação de Professores, o Programa de Residência Pedagógica. Lançada em outubro de 2017, a proposta pretende universalizar o estágio de formação docente como característica de todos os cursos de licenciatura do país. Para isso, estabelece que o estudante ingresse, a partir do terceiro ano de curso, em uma escola de educação básica para uma vivência pedagógica. Segundo o MEC, o programa contará com o investimento de R\$ 2 bilhões para ofertar, já a partir deste ano, 80 mil vagas para estudantes de todo o país.

A nova política levantou polêmicas, especialmente por ser apresentada como parte de uma modernização do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), que oferece ajuda financeira aos alunos a partir do primeiro semestre de cursos presenciais para que estagiem em escolas públicas. Diversas entidades se manifestaram rapidamente contra aquilo que parecia uma ameaça ao programa, em funcionamento desde 2007.

No entendimento da União Nacional dos Estudantes (UNE), do Fórum dos Coordenadores Institucionais do Pibid (Forpibid) e dos sindicatos de professores, essa “modernização” seria um corte significativo da verba destinada ao Pibid para transferir recursos ao Programa de Residência Pedagógica. Na prática, isso significaria a clara substituição de um programa pelo outro.

O professor Nilson Cardoso, da Universidade Estadual do Ceará (Uece), explica que essa mudança impactaria negativamente a formação de educadores, especialmente nos primeiros anos de curso, período no qual há maior evasão. As dúvidas surgiram porque a nova política foi feita de forma pouco participativa. “Não houve nenhum documento normativo, nem debate com as entidades envolvidas”, diz Cardoso, que é presidente do Forpibid. O nome utilizado para batizar a proposta também causou confusão, pois remete à residência médica, especialização para profissionais já graduados em medicina. “Uma residência com estudantes dá a entender que seria uma maneira de fragilizar ou secundarizar a exigência de formação inicial para ingresso na sala de aula, uma grande conquista da LDB”, explica Cardoso.

Para esclarecer o mal-entendido, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Su-

*Nilson Cardoso,
presidente do Forpibid,
critica a falta de debate com
as entidades envolvidas*



Foto: Ana Cecília Menezes

perior (Capes), que está à frente do Programa de Residência Pedagógica, organizou às pressas um evento, em dezembro de 2017, no qual anunciou a convivência dos dois programas – Pibid, restrito aos dois anos iniciais da graduação, e Residência Pedagógica, aos dois finais –, apresentou modelos já existentes que funcionam e defendeu a nova política como uma maneira de contornar o problema sistêmico de avaliação e acompanhamento dos estágios, sobretudo pelo número excessivo de cursos a distância.

No entanto, permanece o receio de que residência pedagógica seja apenas um nome para uma promessa vazia, especialmente em ano de eleição e cenário econômico de congelamento de gastos públicos. “Tornar mais atraente a atividade docente implica o cumprimento das metas, tanto do Plano Nacional da Educação (PNE), quanto dos planos estaduais e municipais”, sustenta Maria Izabel Azevedo Noronha, presidente da Apeoesp, Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo. “O Governo Federal, no entanto, está fazendo o contrário”, afirma. Ela destaca que o MEC descontinuou políticas públicas, o Governo Federal congelou gastos pelos próximos 20 anos e vetou artigo do Orçamento da União que priorizaria a implementação do PNE.

INDEFINIÇÃO

Como proposta nacional, o Programa de Residência Pedagógica promete ser motor para alcançar as metas de formação de professores previstas pelo PNE. O município de São Paulo será sede de um projeto piloto, ainda sem data e sem mais esclarecimentos. Como se dará a articulação entre universidades, secretarias e escolas? Como a residência pedagógica será operacionalizada? Haverá bolsas? Como elas serão distribuídas? Essas e outras questões devem ser precisadas em edital, previsto para ser lançado em março. Por meio da assessoria de imprensa, a Capes disse que o programa ainda está

em fase de elaboração e que “há muito em definição”. Resta saber quais cenários os estudantes de pedagogia e licenciaturas encontrarão em 2018.

Os rumos da residência pedagógica ainda são pouco conhecidos, mas, para a professora Iraíde Marques de Freitas, assessora da Pró-Reitoria da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e especialista em políticas educacionais, ela já promoveu um primeiro grande avanço: lançar foco sobre a formação docente. “Muita gente está falando sobre como melhorar a formação de professores, um assunto urgente em nosso país”, observa.

O último Censo Escolar, divulgado em 2016, reflete um cenário alarmante: dos mais de 2 milhões de professores atuantes na educação básica do país, 480 mil só cursaram o ensino médio, e mais de 6 mil, apenas o ensino fundamental. Pouco mais de um milhão e meio são licenciados, mas muitos não atuam na respectiva área de formação, e cerca de 95 mil têm formação superior sem licenciatura. “Há desvalorização da carreira docente, especialmente em algumas disciplinas, como matemática, física e química”, afirma Iraíde. “É difícil encontrar um professor formado ministrando aula nessas matérias.”

DESAFIO A SUPERAR

A Política Nacional de Formação de Professores, anunciada pelo MEC, visa modificar esse cenário e acolhe os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, que há mais de 20 anos definiu os níveis de qualificação necessários para a atuação docente na educação básica. O PNE 2014-2024 apontou a necessidade de formação dos professores como um dos maiores desafios a serem superados no país e estabeleceu metas para a am-

Gabriel Corrêa, do Todos pela Educação, alerta que o programa precisa também fazer sentido para as escolas



Foto: divulgação/Todos pela Educação

pliação da oferta de cursos de formação superior e continuada. O plano também revela a preocupação com a capacitação docente, em especial nas metas 15 e 16.

Garantir uma boa formação dos professores da educação básica tem um impacto positivo importante. Os resultados do Programa Institucional de Avaliação de Alunos (Pisa) mostram que os países que estão no topo do *ranking* – Cingapura, Hong Kong, Canadá e Japão – têm em comum o cuidado com a formação docente. O gerente de políticas educacionais da ONG Todos pela Educação, Gabriel Corrêa, observa que estudos comprovam que um dos fatores relacionados à escola que mais explica os avanços dos alunos é a boa qualidade dos professores. “Não adianta a gente falar em reforma do ensino médio, Base Nacional Comum Curricular e reformulação do Fundeb sem discutir, primeiro, a formação e a carreira do professor, profissional extremamente desvalorizado social e economicamente”, defende Corrêa.

Para ele, a residência pedagógica pode ser muito positiva se bem implementada, o que não será tão fácil, visto que o Brasil tem muitos contextos e realidades diferentes. “Vai exigir uma articulação entre poder público, universidades e escolas que não é trivial, já que em muitos locais falta sinergia entre esses atores, o que se configura em abandono do professor”, diz. Gabriel Corrêa considera que, para que a nova política dê certo, as redes municipais e estaduais precisam se apropriar do programa e firmar bons convênios com universidades. “O programa precisa também fazer sentido para as escolas, senão será pouco eficiente”, alerta. ●

TROCA DE EXPERIÊNCIAS

Pensar sobre a residência pedagógica é também refletir sobre a reformulação do currículo de pedagogia

O descompasso entre a teoria ensinada pelas instituições formadoras e a prática docente é motivo de críticas frequentes. As universidades costumam formar ótimos pensadores em educação, mas dificilmente preparam o profissional para a atuação em sala de aula. “Existe uma diferença brutal entre como nós, professores universitários, ensinamos e como aprendem as crianças e adolescentes que estão lá na ponta”, afirma a professora Iraide Marques de Freitas, assessora da Pró-Reitoria da Universidade Estadual Paulista (Unesp). “Em outras palavras, o professor não vai ensinar na sala de aula aquilo que ele aprende na universidade. Nosso maior desafio é levar nossos alunos a ganhar mais autonomia.”

Como acontece na maioria dos cursos de graduação, o estágio é a melhor forma de aproximar teoria e prática. Porém, além do número de horas a serem cumpridas, os cursos de pedagogia e licenciatura oferecem poucas ou nenhuma diretriz específica sobre o papel do estágio. Muitas vezes, alunos da graduação têm seus estágios assinados por professores sem sequer pisarem em sala de aula. Para os que decidem cumprir o estágio, não é incomum se depararem com escolas públicas pouco abertas ao diálogo.



Foto: Renato Valadão

Os professores que o Colégio Sidarta recebe contribuem com seu olhar sobre as práticas da escola, afirma a diretora Claudia Siqueira

PRESEÇA IGNORADA

A pedagoga recém-formada Arrailde Oliveira Cavalcante viveu duas experiências diferentes durante seu estágio em duas escolas da rede pública de São Paulo ao longo de 2017. “Em muitas aulas, minha presença na sala foi ignorada”, afirma. “Não era possível diálogo, pois os professores tinham uma postura austera e não davam abertura para a troca de experiências”, relembra Arrailde, que teve que se contentar com as anotações que fazia. “Em contrapartida, estive presente em salas de aula com professores que me receberam como colega de profissão, que me permitiram participar ajudando os alunos que tinham dúvidas e que, ao final, queriam saber sobre minhas percepções.”

Apenas frequentar as aulas não garante ao professor a vivência na profissão. “É como ver uma bonita cachoeira, mas não poder entrar”, afirma Claudia Siqueira, diretora do Colégio Sidarta, vinculado ao Instituto Sidarta, organização sem fins lucrativos de Cotia (SP) que contribui para alterar as políticas públicas educacionais. “Num processo de estágio, é essencial ter reflexão sobre aquilo que se vê. Se a escola não está aberta a isso e não está preparada para receber o estudante, pouco contribui para a formação docente”, analisa Claudia.

PORTAS ABERTAS

Pensando em propagar os princípios de ensino e aprendizagem ensinados no espaço, há 20 anos o Colégio Sidarta mantém uma política de portas abertas para interessados em educação. Além de acompanhar as aulas, os visitantes são convidados a compartilhar conhecimento com os professores. Para o segundo semestre, o programa está sendo aperfeiçoado e será chamado também de residência pedagógica, com maior tempo de imersão nos processos do colégio. “Os professores que recebemos aqui nos trazem um olhar extremamente rico sobre nos-

sa prática, apontando nossas coerências e fragilidades, o que inspira e o que deve mudar”, afirma Claudia. “Abrir uma escola significa estar pronto para o olhar estrangeiro. Isso enriquece e ajuda a sair dos velhos vícios.”

A residência pedagógica do Sidarta é inspirada no programa de educação de professores da Universidade de Stanford, nos Estados Unidos. Durante um ano, o aluno em formação passa a manhã em escolas de educação básica conveniadas e, durante a tarde, discute as experiências vivenciadas com mentores da universidade.

DIÁLOGO COM A ESCOLA

E não é preciso ir muito longe para encontrar outras experiências que utilizam o mesmo conceito. Desde 2009, o curso de pedagogia da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) aplica o princípio de residência pedagógica com estudantes a partir do terceiro ano. Para ver de perto a rotina e os desafios de professores das escolas públicas, os residentes são alocados em escolas do entorno do campus da universidade, em Guarulhos, na Região Metropolitana de São Paulo. Ao longo do estágio, eles circulam por quatro áreas: educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos (EJA) e gestão.

A experiência do professor em formação é levada para dentro da universidade por meio da figura do preceptor, professor universitário que exerce o papel de tutor, ajudando o residente na elaboração de planos de ação, estabelecendo demandas e dialogando sobre as vivências em sala de aula. “É uma experiência que funciona muito bem, inclusive porque o estudante leva ao professor da escola as questões discutidas na academia”, explica a coordenadora geral do Programa de Residência Pedagógica da Unifesp, Vanessa Dias Moretti. Assim, o aluno de graduação torna-se uma espécie de ponte entre a universidade e a sala de aula, tornando a residência também uma oportunidade de formação continuada. ●